

ATA DA 53ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012.

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2012, às quinze horas, na Rua da Consolação, 371 – 6º andar, nesta Capital, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., sob a presidência do conselheiro Andrea Sandro Calabi, nos termos do que dispõe o artigo oitavo - parágrafo segundo, do Estatuto Social, com a presença dos conselheiros David Zaia, Francisco Vidal Luna, Lídia Goldenstein, Milton Luiz de Melo Santos, Mônica Carneiro Meira Bergamaschi e Roberto Brás Matos Macedo, para apreciar os assuntos constantes da ordem do dia: **(i)** leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 31/01/2012; **(ii)** apresentação do Painel Eletrônico de Indicadores de Desempenho – Metas 2011; **(iii)** apresentação sobre o *status* de negócios; **(iv)** apresentação sobre o relatório de inspeção geral do Banco Central do Brasil, com data-base em junho de 2011; **(v)** apresentação e deliberação sobre as alterações no FDA – Fundo de Aval; **(vi)** apresentação e deliberação sobre as demonstrações financeiras e relatório da administração de 2011; **(vii)** apresentação e deliberação sobre o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, relativo ao ano de 2011 e outras deliberações quanto à distribuição de resultados; **(viii)** apresentação e deliberação sobre o pleito e ratificação do pagamento em 24/02/2012, da aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho – 2011/2012, da categoria bancária, relativo ao reajuste salarial e dos benefícios; **(ix)** apresentação e deliberação da aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho – 2011/2012, da categoria bancária, relativo à participação dos empregados nos lucros e resultados; **(x)** apresentação e deliberação sobre a política de prevenção aos crimes previstos na Lei 9.613; **(xi)** apresentação e deliberação sobre o Relatório de descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos; **(xii)** apresentação e deliberação sobre o Relatório de Controles Internos e Riscos Operacional, referente ao período de julho a dezembro de 2011; **(xiii)** outros assuntos. Para secretariar a reunião, foi indicada a

senhora Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion, Superintendente de Governança e Planejamento da Nossa Caixa Desenvolvimento. Presente, ainda, o senhor Valdemir Sartorelli, Superintendente Jurídico da Nossa Caixa Desenvolvimento, como convidado. Foi justificada a ausência do conselheiro Paulo Alexandre Pereira Barbosa. Em seguida, os conselheiros passaram à apreciação dos itens constantes da ordem do dia, conforme se segue: **(i)** após a devida leitura, a ata da reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 31 de janeiro de 2012, foi aprovada; **(ii) PAINEL ELETRÔNICO – METAS 2011.** Considerando os parâmetros de metas aprovados, o Plano de Metas 2012 apresentou a seguinte situação, em janeiro de 2012: indicador Saldo da Carteira, com 100% da meta; Índice de Cobertura, com 100% da meta; Índice de Inadimplência, com 100% da meta; ROAE, com 100% da meta; e Número de Reclamações - Ouvidoria, com 100% da meta. A meta global da Nossa Caixa Desenvolvimento, apurada por meio da ponderação dos resultados e pesos dos respectivos indicadores, apresentou um percentual de 100% da meta; **(iii) STATUS DE NEGÓCIOS.** Na sequência, o Sr. Milton Luiz apresentou a situação de negócios da Nossa Caixa Desenvolvimento. Em 31/01/2012, apresentava R\$ 144,4 milhões em operações de crédito liberadas com recursos do BNDES, com 388 operações, e R\$ 381,1 milhões com recursos próprios, com 1.568 operações, sendo que 68% foram desembolsados para a indústria de transformação, tendo sido beneficiados 166 municípios, com 19,9% para o município de São Paulo. Para o setor público, foram desembolsados R\$ 34,3 milhões. O Comitê de Crédito analisou 1.191 propostas de financiamentos. Até 31/01/12, a Nossa Caixa Desenvolvimento liberou 94,5% de recursos para microempresas e empresas de pequeno e médio porte. O saldo da carteira apresentava o valor total de R\$ 369,4 milhões, com 88,9% das operações classificadas com *ratings* AA e A, sendo que 46% do saldo foram de operações para capital de giro e 54% para investimentos; **(iv) RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL PELO BANCO CENTRAL.** O Sr. Milton Luiz apresentou o Relatório de Inspeção Geral, realizado pelo Banco Central, com a os resultados da inspeção realizada junto à Nossa Caixa Desenvolvimento, com data-base em 30/06/2011. Foi detalhada, para cada um dos

itens apontados pelo Banco Central, a atual situação e as providências que já foram e que ainda serão tomadas, sendo que será apresentado na próxima reunião deste Conselho o relatório final dessas providências, o qual será entregue ao Banco Central, até 19/03/12, com cópia aos Diretores e Conselheiros informando as providências regularizadoras e os esclarecimentos sobre os diversos itens apontados no documento; **(v) VOTO 011/12 – FDA – FUNDO DE AVAL – ALTERAÇÕES.** Considerando a necessidade de adequação desse fundo às novas perspectivas de aplicação, foram apresentadas e aprovadas por este Conselho as seguintes propostas de alteração do FDA – Fundo de Aval do Estado de São Paulo, que se configura como instrumento complementar de garantia de crédito: a) minuta visando à alteração do artigo 3º do Decreto nº. 54.228, de 13/04/2009, para que conste a aplicação de recursos do FDA para micro e pequenas empresas, conforme definição legal, com encaminhamento do documento à Secretaria da Fazenda; b) ampliação do uso do FDA para todos os produtos oferecidos pela Nossa Caixa Desenvolvimento ao setor privado, exceto para capital de giro isoladamente, desde que atendidas as normas de enquadramento do FDA; c) extinção da LEI – Linha Especial de Investimento, mantendo as atuais operações até seu encerramento. Dentro de uma reflexão sobre os fundos de desenvolvimento, o Sr. Andrea Calabi salientou, com concordância dos demais conselheiros, a necessidade de efetuar o acompanhamento sistemático dos recursos investidos de apoio ao desenvolvimento por meio desses fundos, bem como a sua inadimplência, a fim de promover empréstimos dentro de um programa de investimentos, visando a geração de emprego e uma gestão consciente baseada nos princípios da transparência e prestação de contas, em seguida, o conselheiro Roberto Macedo sugeriu que fosse consultado pela Diretoria o interesse do governo do Estado em colaborar na expansão da inspeção veicular a outros municípios do Estado que não a Capital, dentro de um programa voltado para participação de oficinas de médio e pequeno porte, com financiamento dos equipamentos necessários pela Nossa Caixa Desenvolvimento; **(vi) VOTO 012/12 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011.** Após análise das Demonstrações

Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício de 2011, e à vista dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, os membros do Conselho manifestaram-se favoráveis ao encaminhamento dos documentos à Assembléia Geral, para aprovação; **(vii) VOTO 013/12 – PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, RELATIVO AO ANO DE 2011 E OUTRAS DELIBERAÇÕES QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.** Foi aprovado o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, com posterior envio do assunto à Assembleia Geral, relativo ao ano de 2011, nos seguintes termos: 1) pagamento adicional de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 1.728.028,45, já descontado o adiantamento, de R\$30.003.638,92; 2) pagamento de dividendos no valor de R\$ 1.015.062,63, já descontado o adiantamento de R\$ 19.654.374,18; 3) do lucro líquido após a apuração e pagamento de juros sobre o capital próprio, houve retenção no valor de R\$ 1.847.168,03 em Reserva Especial de Lucros referente à constituição de ativo fiscal diferido (crédito tributário), considerando que o mesmo tem apenas efeito contábil, ou seja, sem o ingresso de recursos financeiros; 4) incorporando e completando essas informações, a destinação do Lucro Líquido do exercício de 2011, no importe de R\$ 57.103.444,43, ocorreu da seguinte forma, compondo o conjunto de informações a ser encaminhado à Assembléia Geral Ordinária: a) reserva legal (5%): R\$ 2.855.172,22; b) Reserva Especial de Lucros: R\$ 1.847.168,03; distribuição conforme AGE de 07/10/11: R\$ 52.401.104,18, sendo R\$ 31.731.667,37 sob a forma de juros sobre capital próprio e R\$ 20.669.436,81 em dividendos; **(viii) VOTO 014/12 - APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO – 2011/2012, DA CATEGORIA BANCÁRIA, RELATIVO AO REAJUSTE SALARIAL E DOS BENEFÍCIOS.** Antes de dar a palavra ao Sr. Paulo Roberto Penachio, Diretor de Infraestrutura e TI, para apresentar a matéria, o Sr. Milton Luiz observou que a presente proposta de reajuste salarial foi submetida ao CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, nos termos do Parecer CODEC nº 10/2012, e à Comissão de Política Salarial (CPS), e que o pagamento referente ao presente reajuste já foram pagos aos empregados da Nossa Caixa

Desenvolvimento em 24/02/2012, “*ad referendum*” deste Conselho. Com a palavra, o Sr. Paulo observou que a CPS ao apreciar a matéria, exarou o Despacho CPS nº 01/2012, nos seguintes termos: “1. *Tendo em conta que a Convenção Coletiva de Trabalho reveste-se de caráter normativo intersindical, de cumprimento obrigatório, a Comissão de Política Salarial, em face das manifestações exaradas pelos órgãos competentes da Secretaria da Fazenda e da Casa Civil, às fls. 53 a 73, deliberou autorizar a Nossa Caixa Desenvolvimento – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S/A a proceder à aplicação, a partir de 1º de setembro de 2011, da Convenção Coletiva de Trabalho 2011, que estipula: a) reajuste salarial de 9%; b) revalorização, em 12%, dos pisos salariais ali especificados; c) revalorização, em 9%, dos benefícios Auxílio Refeição, passando o seu valor facial unitário para R\$ 19,78, Auxílio Cesta Alimentação passando para R\$ 339,08, Auxílio Creche / Babá, para R\$ 284,85 e valor da Indenização do Auxílio Funeral, que passa para R\$ 653,57. (...). 3. Consoante preconizado no Parecer Codec nº10/2012, no que se refere ao benefício Adicional por Tempo de Serviço, concedido de forma diferenciada aos empregados ocupantes do Quadro Permanente Especial, oriundos do Banco Nossa Caixa S/A e da COSESP, fica consignado que a entidade deverá observar as condições eventualmente a eles asseguradas quando da sub-rogação, desde que as mesmas tenham sido incorporadas aos respectivos contratos de trabalho.”. Após considerações, a matéria foi aprovada nos termos apresentados, e o seu pagamento, realizado em 24/02/2012, foi ratificado; **(ix) VOTO 015/12 – APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO, 2011/2012, DA CATEGORIA BANCÁRIA, RELATIVA À PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS OU RESULTADOS.** Foi aprovada a aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho quanto à participação dos empregados nos lucros ou resultados 2011 da categoria bancária, nos termos autorizados pela Comissão de Política Salarial e pelo CODEC – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado, como segue: distribuição de 90% da remuneração total mensal do empregado mais o valor fixo de R\$ 1.400,00, limitado ao valor individual de R\$ 7.827,29; o total a ser distribuído deve observar como teto o percentual de 13% e, como mínimo, o*

percentual de 5% do lucro líquido do exercício; caso o total calculado não atinja o percentual mínimo a ser distribuído, o valor individual deverá ser majorado até alcançar 2,2 salários do empregado, limitado a R\$ 17.220,04 ou ao valor total correspondente a 5% do lucro líquido, o que ocorrer primeiro. Há também o pagamento da parcela adicional, cujo valor deverá ser determinado pela divisão entre os empregados do valor correspondente a 2% do lucro líquido do exercício 2011, até o limite individual de R\$ 2.800,00. O pagamento será realizado integralmente em 01/03/2012; **(x) VOTO 016/12 – REVISÃO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO AOS CRIMES PREVISTOS NA LEI 9.613.** Convidada a apresentar a matéria, a Sra. Ana Maria Silva Geraldi, Superintendente de Riscos, *Compliance* e Normas, destacou as alterações realizadas na revisão da Política de Prevenção aos Crimes previstos na Lei 9.613: a) item 3.5 - Controlador: inclusão da definição de Controlador (PF ou PJ que detém mais de 50% de participação no capital social); b) item 5 - Contexto Operacional: forma de pagamento das operações realizadas; c) item 6.1.1.2 - Cliente Pessoa Jurídica: a fim de detalhar os procedimentos de coleta de dados cadastrais dos clientes e definir percentual de participação societária/acionária para essa coleta (conforme exemplos a seguir); d) item 6.1.2 - Arquivo: detalhamento da contagem do prazo de arquivo das documentações cadastrais; e) item 7.2 - Especial Atenção: operações oriundas ou destinadas a países ou territórios que aplicam insuficientemente as recomendações do Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional); f) item 8 - Atualização de Informações Cadastrais: inclusão da necessidade de verificar a condição de PPE (Pessoas Politicamente Expostas) na atualização cadastral; g) item 11.1 - Registro de Operações: substituição da expressão “conclusão das operações” por “quitação das operações”; h) item 12.1 - Treinamento: menção ao detalhamento do treinamento sobre Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Gestão de Riscos, incluído no Capítulo I do MNP (Manual de Normas e Procedimentos) – Controles Internos e Compliance; i) inclusão, no item 13 - Responsabilidades: procedimentos para comunicação, à SURIC (Superintendência de Riscos, *Compliance* e Normas), dos indícios dos crimes previstos na Lei 9.613. Após considerações, a matéria foi

aprovada; **(xi) VOTO 017/12 – RELATÓRIO DE DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO.** Na apresentação da matéria foi observado que as Resoluções CMN (Conselho Monetário Nacional), de nºs 3.380, 3.464 e 3.721, dispõem que a descrição das estruturas de gerenciamento do risco operacional, de mercado e de crédito, deve ser evidenciada em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual, e de responsabilidade do Conselho de Administração. Além disso, o resumo da descrição das estruturas de gerenciamento do risco operacional, de mercado e de crédito deve ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, onde será indicada a localização do referido relatório. Frente ao exposto, foi aprovado por este Conselho o Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos, que tem a finalidade de descrever a estrutura de gerenciamento de riscos da Nossa Caixa Desenvolvimento, as ações desenvolvidas pela instituição e as responsabilidades envolvidas no processo de gerenciamento de riscos; **(xii) VOTO 018/12 – RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS E RISCO OPERACIONAL REFERENTE AO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2011.** Com o objetivo de dar conhecimento à alta administração a respeito dos procedimentos de controles internos, foi apresentado o Relatório de Controles Internos e Risco Operacional, referente ao período de julho a dezembro de 2011, contendo: o resultado do plano de ação que foi elaborado para corrigir apontamento constante do Relatório de Controles Internos e Risco Operacional, referente ao período de janeiro a junho de 2011; os levantamentos de deficiências apontadas nos relatórios elaborados pela GEAUD (Gerência de Auditoria), bem como manifestações das unidades envolvidas quanto a essas deficiências e as medidas adotadas para saná-las; e as informações preliminares do processo de mapeamento de riscos das atividades, que está em andamento na GECRE.1 (Gerência de Crédito). Após término das exposições, o relatório foi aprovado; **(xv) OUTROS ASSUNTOS.** Com a palavra o Sr. Milton Luiz informou aos Conselheiros que está agendada para 17/04/2012, às 10h00, a reunião da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Em seguida convidou a Sra. Sabrina Zeni Henrique, Assessora Especial da Presidência, para apresentar o novo portal da

Nossa Caixa Desenvolvimento, com destaque ao lançamento da Linha de Investimento Esportivo 2014, com chamada na primeira página do site, aos novos simuladores e ao canal do empresário, que tem como objetivo ser um elo entre os empresários e as diversas instituições parceiras, reunindo informações e conhecimentos de interesse comum, num mesmo lugar. Nada mais havendo a tratar, declarou o Presidente do Conselho encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion – Secretária, e pelos Conselheiros de Administração.

ANDREA SANDRO CALABI

Presidente

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO

Conselheiro

FRANCISCO VIDAL LUNA

Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN

Conselheira

MILTON LUIZ DE MELO SANTOS

Conselheiro

DAVID ZAIA

Conselheiro

MÔNICA CARNEIRO MEIRA BERGAMASCHI

Conselheira